9) Educação e investigação:	
a) Educação	2 600 000\$00
10) Habitação e urbanização:	
a) Habitação	6 400 000\$00
	<u>20 000 000\$00</u>

Ministério do Ultramar, 31 de Março de 1973. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *J. da Silva Cunha*.

Junta de Investigações do Ultramar

Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar

Orçamento de receita e despesa para 1973 suplementar ao orçamento publicado no «Diário do Governo», 1.ª série, n.º 37, de 13 de Fevereiro de 1973.

Receita

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Comparticipação da província de Cabo Verde nos encargos específicos da M. E. A. U. com dotação proveniente do III Plano de Fomento»	400 000\$00
Artigo 2.º «Comparticipação da província de Timor nos encargos específicos da M. E. A. U. com:	
Dotação proveniente do III Plano de Fomento	200 000\$00
Subsídio proveniente do Fundo de Fomento e Propaganda do Café»	300 000\$00
	<u>900 000\$00</u>

Despesa

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	720 000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	72 000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	108 000\$00
	<u>900 000\$00</u>

Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, 12 de Março de 1973. — O Agrónomo Chefe da Missão, *Mateus Nunes*.

Junta de Investigações do Ultramar, 20 de Março de 1973. — O Presidente da Comissão Executiva, *Justino Mendes de Almeida*.

Aprovo. — Em 22 de Março de 1973. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho

Por despacho de 31 de Julho de 1971 regulamentaram-se os preços dos produtos siderúrgicos fabricados

pela Siderurgia Nacional, S. A. R. L. O sistema gizado inspirou-se, como o preâmbulo do despacho expressamente refere, na «necessidade de aproximar os preços do aço nacional dos que vigoram nos países da C. E. C. A. e de estabelecer regras de comercialização tão semelhantes quanto possível às desta Comunidade». E o facto de, entretanto, Portugal haver concluído um acordo com a C. E. C. A., evidencia a oportunidade e justeza da orientação que então se fixou.

Sucede, porém, que a própria celebração do acordo referido, sujeitando directamente o sector siderúrgico nacional a certas normas que vigoram na Comunidade, impunha que se reformulasse o despacho de 31 de Julho de 1971.

Por outro lado, tanto o facto de no mesmo despacho se haver previsto a sua revisão anual (estabelecendo-se, até, expressamente, que a primeira teria lugar em Junho de 1972), como a circunstância de, a partir do início do 2.º semestre de 1972, quer em resultado do agravamento dos custos de produção e transporte, quer em virtude de uma sensível intensificação da procura que a oferta não pode acompanhar, se ter assistido, nos mercados externos, a uma subida espectacular do preço dos aços, levaram a Siderurgia Nacional a requerer, em 27 de Julho de 1972, a revisão mencionada.

Entendeu, porém, o Governo que nem a consistência do aludido movimento dos preços internacionais era ainda suficientemente nítida, nem as suas causas se conheciam de modo a justificar que nessa base duvidosa se estruturasse e consagrasse um novo esquema de preços internos. Por isso, e em perfeita consonância, aliás, com as exigências da conjuntura global, se sobresteve na resolução do pedido da Siderurgia, aguardando-se que as apontadas tendências de alta se definissem melhor e se confirmassem, como, na realidade, veio a suceder.

Entretanto, porém, não ficava o Governo inactivo. Dada a forte probabilidade de os preços de, pelo menos, alguns dos produtos siderúrgicos nacionais terem efectivamente de agravar-se, procurou acompanhar mais de perto a situação de todas as indústrias utilizadoras desses produtos, às quais, com vista à possível reconstituição de *stocks*, se facultou, inclusivamente, o recurso a fornecedores estrangeiros sempre que se consideraram de reear dificuldades de fornecimento interno. Sucedeu, todavia, que a evolução das cotações e os prazos de entrega do mercado internacional inviabilizaram em grande parte a utilização desse recurso como instrumento regularizador, acentuando-se cada vez mais a urgência de, através de medidas adequadas — nomeadamente a revisão do despacho de 31 de Julho de 1971 —, garantir a normal laboração dessas indústrias, algumas delas da maior relevância económica e social. Aliás, as próprias empresas expuseram aos grémios respectivos a imperiosa necessidade de, perante a situação do mercado, verem assegurado o seu aprovisionamento em matérias-primas. Daí que, em contacto directo com os organismos representativos de todas essas actividades, se procurassem esquemas e normas destinados a permitir que os ajustamentos a introduzir nos preços dos produtos siderúrgicos sejam reabsorvidos sem repercussão, ou com repercussão mínima, no custo final dos produtos. É nesta linha de actuação que se integra